

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.990 - SP (2019/0134809-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : EMILIA YUMIKO MIYADA
ADVOGADO : CLAUDIO HUMBERTO LANDIM STORI - SP092224
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE CAPÃO BONITO
ADVOGADO : JOSE AUGUSTO PEREIRA PASTORELLI - SP263066
INTERES. : MIKIO MIYADA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IMPENHORABILIDADE DE VERBAS DE APOSENTADORIA. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REAUTUADO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por EMILIA YUMIKO MIYADA em face de decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o apelo especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 221):

APELAÇÃO Embargos de terceiro Improbidade administrativa - R. sentença que julgou improcedente a pretensão inicial, mantendo o bloqueio/penhora de 50% de contas bancárias efetivada nos autos principais - Manutenção da r. sentença, por seus próprios e jurídicos fundamentos Inteligência do art. 252 do RITJ - Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, aduz a parte ora Recorrente que houve ofensa ao art. o art. 833, IV e X do CPC/2015, sob o argumento de que "a essência do dispositivo legal da impenhorabilidade, portanto, não se desnatura pelo fato de que a Recorrente detinha conta poupança alimentar vinculada a conta corrente, pois, além de os valores terem sido amealhados para sua segurança ao atingir a 3ª idade, também são para assegurar um padrão de vida melhor após a aposentadoria, dentro do que preceitua e lhe assegura o princípio da dignidade da pessoa humana"(e-STJ fl. 238). Aponta, ainda, que o acórdão diverge de precedente extraído da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

As contrarrazões foram juntadas às e-STJ fls. 270/272.

O recurso especial foi inadmitido conforme decisão juntada às e-STJ fls. 273/274.

O agravo em recurso especial foi juntado às e-STJ fls. 277/284.

A contraminuta ao agravo em recurso especial foi juntada às e-STJ fls. 288/291.

A inadmissibilidade do recurso especial foi mantida conforme decisão de e-STJ fl. 292.

Incide o enunciado administrativo n. 3/STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Considerando o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do agravo e as peculiaridades do caso concreto, impõe-se uma melhor análise da matéria no âmbito desta Corte Superior.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, d, do RISTJ, conheço do agravo para determinar sua autuação como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

